



Metrobus - Transporte Coletivo S/A

Demonstrações contábeis de acordo com Práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais Mil

	2017	2016		2017	2016
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	28	18	Fornecedores (Nota 10)	7.906	8.305
Contas a receber (Nota 4)	15.606	13.086	Salários e encargos sociais (Nota 11)	5.839	5.355
Estoques (Nota 5)	685	434	Impostos e contribuições a recolher (Nota 12)	17.459	19.334
Adiantamentos (Nota 6)	279	414	Contas a pagar (Nota 13)	7.117	6.400
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	906	385		38.321	39.394
	17.504	14.337	Não circulante		
Não circulante			Provisão para contingências (Nota 14)	13.138	11.781
Realizável a longo prazo			Impostos e contribuições a recolher (Nota 12)	3.408	5.709
Depósitos judiciais (Nota 8)	2.823	2.667		16.546	17.490
	2.823	2.667	Patrimônio líquido (Nota 16)		
Investimentos	51	51	Capital social (a)	194.493	194.493
Imobilizado (Nota 9)	70.493	84.591	(-) Capital social a integralizar	(637)	(17.787)
	70.544	84.642	Reservas de lucros	86	86
			Reservas de reavaliação	7.144	7.228
			Prejuízos acumulados	(165.082)	(139.258)
				36.004	44.762
Total do ativo	90.871	101.646	Total do passivo e patrimônio líquido	90.871	101.646

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais Mil	2017	2016
Receita líquida de vendas de serviços		
Transporte urbano (Nota 15 - a)	75.452	86.061
Receita líquida de vendas de serviços	75.452	86.061
Custo dos serviços prestados (Nota 15 - b)	(94.070)	(85.351)
Prejuízo / Lucro bruto	(18.618)	710
Receitas e despesas operacionais		
Despesas administrativas, e tributárias (Nota 15 - c)	(18.045)	(18.543)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	6.978	13.723
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(29.685)	(4.110)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 15 - d)	(11.296)	(5.502)
Receitas financeiras	731	121
	(10.565)	(5.381)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.250)	(9.491)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 12 - b)	14.343	-
(Prejuízo) líquido do exercício	(25.907)	(9.491)
(Prejuízo) líquido por ação do capital social	(0,1332)	(0,0488)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

Demonstração do resultado abrangente

Em Reais Mil	2017	2016
Prejuízo do exercício	(25.907)	(9.491)
Realização da reserva de reavaliação	84	129
Resultado abrangente total	(25.823)	(9.362)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais Mil

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) do exercício	(25.907)	(9.491)
Depreciação e amortização	12.724	12.998
Resultado pela baixa do imobilizado	1.379	5
Reversão de provisões	(11.140)	(15.480)
Perda no recebimento de créditos	169	246
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.815	2.139
Despesas com juros de longo prazo	-	2.098
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(14.343)	-
	(35.303)	(7.485)
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	(2.520)	2.579
Estoques	(251)	(42)
Impostos a recuperar	(521)	3
Depósitos judiciais	(156)	153
Adiantamentos	135	(67)
Créditos tributários	-	1.064
	(3.313)	3.690
Aumento (diminuição) de passivo		
Fornecedores	(399)	1.088
Impostos e contribuições a recolher	(4.176)	(14.407)
Salários e encargos sociais	484	714
Contas a pagar	717	765
Provisão para contingências	1.357	1.677
Caixa consumido pelas operações	(2.017)	(10.163)
Pagamentos efetuados a Redmob	23.498	10.996
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(17.135)	(2.962)
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(5)	(25)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos	(5)	(25)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	17.150	3.000
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	17.150	3.000
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	10	13
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28	18
	10	13
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em Reais Mil

	Capital social		Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	de lucros	de reavaliação	acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	194.493	(20.787)	86	7.357	(129.896)	51.253
Integralização de capital	-	3.000	-	-	-	3.000
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(129)	129	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(9.491)	(9.491)
Em 31 de dezembro de 2016	194.493	(17.787)	86	7.228	(139.259)	44.761
Integralização de capital	-	17.150	-	-	-	17.150
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(84)	84	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(25.907)	(25.907)
Em 31 de dezembro de 2017	194.493	(637)	86	7.144	(165.082)	36.004
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis						

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é

de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia - Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goiânia, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da

receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás. Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redmob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. A Metrobus Transporte Coletivo S.A. participa com 30,64% das receitas e despesas geradas pelo Consórcio.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 4 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos civis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 11 de abril de 2018, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2017.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2017 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Fixa.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, igualmente, a média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

2.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.12 Resultado por ação

Calculado considerando-se o número total de ações existente na data de encerramento dos exercícios, excluídas as ações mantidas em tesouraria, quando existirem.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	28	18
	28	18

4 Contas a receber

	2017	2016
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	1	1
Filial - C.M.T.C.	2.508	2.508
Repasse Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia	11.891	9.313
Outras contas a receber	3.917	3.806
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.711)	(2.542)
	15.006	13.086

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

O saldo de "outras contas a receber" inclui valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Companhia foi responsável solidária em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizada pelos responsáveis pela área jurídica, efetuou o registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ocorrer. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2017	2016
Saldo inicial	(2.542)	(2.542)
Constituições	(169)	(246)
Saldo final	(2.711)	(2.542)

5 Estoques

	2017	2016
Bens de Consumo – Operadora	669	423
Bens de Consumo Administração	16	11
	685	434

6 Adiantamentos

	2017	2016
Férias e 13º Salário	276	255
Outros	3	159
	279	414

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2017	2016
Outros impostos a recuperar	108	107
IRPJ - Imposto De Renda Pessoa Jurídica	798	278
	906	385

8 Depósito judiciais

	2017	2016
--	------	------

Depósito

Saldo no início do período	2.667	2.820
Adições	629	684
Baixas/realizações	(473)	(837)
Saldo no final do exercício	2.823	2.667

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e civis movidos contra a Companhia.

9 Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de receita e administração do negócio da Companhia.



A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis apresentadas, a Administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas. A movimentação do imobilizado em 2017 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Saldo em			
		31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Imobilizado		70.493	(12.720)	(1.379)	84.591
Imobilizado Operadora		63.348	(12.637)	(1.379)	77.364
Operadora		131.701	5	(2.664)	134.360
Equipamentos/Instalações		747	5	(7)	750
Móveis e Utensílios		347	-	(5)	352
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		360	-	-	360
Frota de Ônibus		1.255	-	-	1.255
Software-Programas		183	-	(4)	187
Frota de Ônibus Novos		126.948	-	(2.648)	129.596
Benefitorias		700	-	-	700
Depreciação Acumulada		(68.353)	(12.641)	1.285	(56.996)
Equipamentos/Instalações		(634)	(66)	6	(574)
Móveis e Utensílios	10% a 40%	(239)	(34)	2	(207)
Edificações	4%	(182)	(24)	-	(158)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(325)	(20)	-	(305)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.255)	-	-	(1.255)
Software-Programas		(183)	(0)	4	(187)
Frota de Ônibus Novos		(65.382)	(12.470)	1.273	(54.185)
Benefitorias em Propriedade de Terceiros		(153)	(28)	-	(125)
Reavaliação		7.145	(83)	-	7.227
		10.462	-	(231)	10.693
Equipamentos/Instalações		203	-	(9)	212
Móveis e Utensílios		48	-	(1)	49
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		115	-	-	115
Frota de Ônibus		1.829	-	(220)	2.049
Software-Programas		46	-	(2)	48
Depreciação Acumulada		(3.318)	(83)	231	(3.466)
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(203)	(0)	9	(212)
Móveis e Utensílios	10% a 40%	(48)	-	1	(49)
Edificações	2% a 4%	(1.076)	(83)	-	(994)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(115)	-	-	(115)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.829)	-	220	(2.049)
Software-Programas		(46)	-	2	(48)

10. Fornecedores

Fornecedores no país
A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2017 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.
O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

11 Salários e encargos sociais

	2017	2016
INSS	2.723	1.326
F G T S	284	295
Provisão de férias	2.657	2.509
Outros	175	1.225
	5.839	5.355

12 Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
Circulante		
COFINS	7	16
PIS/PASEP	1	3
ISSQN (a)	9.088	10.120
REFIS MUNICIPAL-ISSQN Parcelamento	4.557	4.126
Parcelamento LEI 11.941	-	376
Parcelamento LEI 12.996/14	-	1.142
INSS Retenções	2.542	-
Outros Impostos e contribuições a recolher	1.264	3.551
	17.459	19.334

Não Circulante

	2017	2016
Parcelamento LEI 11.941	814	2.369
Parcelamento LEI 12.996/14	1.183	3.340
Parcelamento convencionada INSS	1.291	-
Parcelamento IPTU	120	-
	3.408	5.709

(a) A Companhia discute na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

(b) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização – PERT nos termos da Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, regulamentada pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.711 de 16 de junho de 2017, convertida na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017 e procedeu no exercício de 2017 à consolidação dos débitos incluídos no Programa Especial de Regularização, dessa forma, obteve uma redução legal de juros e multa no montante de R\$ 3.842, e utilizou R\$ 14.343 mil, decorrente de créditos tributários de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, para liquidação do passivo tributário de débitos de impostos e contribuições federais incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária. Em 31 de dezembro de 2017, o crédito fiscal foi constituído sobre prejuízo fiscal e estão registrados e demonstrados nestas demonstrações financeiras:

	2017
Composição da base utilizada para IR e CSSL diferidos	
(+) Prejuízo fiscal (*)	42.186
Impostos diferidos - 34%	14.343

(*) A Companhia optou pelo pagamento à vista e em espécie de 5% dos débitos e liquidação de 95% com a utilização dos créditos de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da legislação federal citada na letra (a). Na liquidação dos saldos remanescentes foram utilizados R\$ 3.797 de base negativa de contribuição social e R\$ 10.546

de prejuízos fiscais próprios.

	Montante das dívidas incluídas no PERT	Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social utilizados
Parcelamentos RFB da Lei 11.941/2009	6.037	6.037
Parcelamentos RFB da Lei 12.996/2014	4.250	4.250
IRRF, PIS e COFINS.	47	47
INSS	4.009	4.009
	14.343	14.343

13 Contas a pagar

	2017	2016
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	42	126
CIA Metropolitana de Transportes	3.960	3.328
SANEAGO	233	233
Outras	375	206
	7.117	6.400

(a) Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face àquelas despesas em montante igual encontram-se escriturados no ativo circulante.

14 Provisão para contingências

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2017		2016	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais
Cíveis	12.137	-	12.137	10.814
Trabalhistas	1.001	267	734	967
	13.138	267	12.871	11.781

Em 31 de dezembro de 2017, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigente é de aproximadamente R\$ 8.796 mil para ações cíveis e R\$ 1.303 para ações trabalhistas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2016				2017			
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	9.059	368	2.123	10.814	10.814	-	1.323	12.137
Trabalhistas	1.045	94	16	967	967	-	34	1.001
	10.104	462	2.139	11.781	11.781	-	1.357	13.138

15 Composição das contas de resultado

(a) Receita líquida de vendas de serviços

	2017	2016
Receita bruta de vendas de serviços	77.012	88.726
Impostos sobre as vendas	(1.560)	(2.665)
	74.452	86.061

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero. Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

(a1) Receita bruta de vendas de serviços



	2017	2016
Eixo anhanguera	243	4
Sistema de vale transporte	66.187	32.361
Repasso semi - urbano	9.296	9.332
Repasso estado de Goiás	-	45.560
Permissionários	1.286	1.469
	77.012	88.726
(b) Custos dos serviços vendidos		
	2017	2016
Trafego (b1)	(79.611)	(71.049)
Manutenção	(9.145)	(8.068)
Setransp	(5.314)	(6.234)
	(94.070)	(85.351)
(b1.) Trafego		
	2017	2016
Pessoal	(25.098)	(27.645)
Materiais	(16.020)	(17.037)
Depreciação	(12.724)	(12.998)
Serviços de Terceiros	(1.710)	(2.358)
Consórcio REDMOB	(24.059)	(11.011)
	(79.611)	(71.049)
(c) Despesas administrativas e tributárias		
	2017	2016
Salários, encargos Sociais e outras	(13.863)	(14.870)
Materiais diversos	(777)	(902)
Outros serviços de terceiros	(1.866)	(1.839)
Outras despesas	(1.539)	(932)
	(18.045)	(18.543)
(d) Despesas financeiras		
	2017	2016
Multas e Juros (*)	(11.090)	(4.723)
Outras despesas financeiras	(206)	(779)
	(11.296)	(5.502)

Refere-se basicamente a atualização monetária de impostos e contribuições federais e municipais, inclusive os encargos financeiros decorrentes da recomposição de débitos tributários incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Lei 13.496 de 24/10/2017.

16 Patrimônio líquido
(a) Capital autorizado
A companhia esta autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 194.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 194.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação.
(b) Capital subscrito e integralizado
O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 193.856.

17 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia possui instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores. Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

	2017	2016
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	28	18
Contas a receber	15.606	13.086
	15.634	13.104
Passivos financeiros		
Fornecedores	7.906	8.305
	7.906	8.305

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.
Gerenciamento de riscos:
Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:
(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

MARLIUS BRAGA MACHADO **RICARDO LUIZ JAYME** **KID FREIRE**
DIRETOR PRESIDENTE DIRETOR DE GESTÃO CONTADOR - CRC/GO 013415/0

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
O Conselho de Administração da Metrobus Transporte Coletivo S/A, analisou e aprovou o Balanço Patrimonial, e as Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixas e as Notas Explicativas referentes ao exercício de 2017. Tomando como base o parecer da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem a situação patrimonial/financeira da Empresa, estando em condições de receber a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Goiânia, 23 de abril de 2018.
Marlius Braga Machado **Edmar Ferreira Perilo**
Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração
Jaime Bueno Aguiar **José Carlos Xavier**
Membro do Conselho de Administração Membro do Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado dos Exercícios, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e os Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer), concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da Empresa, ressalvando os custos dos serviços vendidos relativos ao compartilhamento de despesas realizadas pelo consórcio de empresas em que a Companhia é consorciada, pois estas não tiveram a documentação comprobatória de suas despesas. Mesmo assim, estão estes, em condições de serem submetidos à aprovação com ressalva da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia - GO, 23 de abril 2018.
Sérgio Augusto Inácio de Oliveira
Membro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis
Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da **Metrobus Transporte Coletivo S.A.**

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva
Conforme nota explicativa 15 (b1), os custos dos serviços vendidos esta contabilizado por R\$ 94.070 mil, desse montante, R\$ 24.059 corresponde ao compartilhamento de despesas realizadas por consórcio de empresas em que a Companhia é consorciada, que representa 25,58% do total dos custos dos serviços vendidos. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a totalidade do valor contábil dos custos dos serviços vendidos da Companhia em 31 de dezembro de 2017, em razão de não termos tido acesso a documentação comprobatória das despesas realizadas pelo Consócio.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Metrobus Transporte Coletivo S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva.

Ênfase continuidade operacional
As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da Companhia. A Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional da Companhia depende fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

Outros Assuntos
Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC. Conforme cláusula quinquagésima segunda do referido contrato, a não apresentação das garantias exigidas, implica na extinção do contrato de concessão.

Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.
Até a data de emissão deste relatório, o poder concedente Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC não havia se manifestado sobre os valores relativos ao desequilíbrio econômico financeiro, relativo ao período entre o início e o término do contrato primitivo de concessão, (31 de dezembro de 1997 a 31 de março de 2011) de que trata a Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, apresentado pela cessionária Metrobus Transporte Coletivo S.A. na data de 30 de junho de 2009.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Metrobus Transporte Coletivo S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 16 de abril de 2018.
P R I M E
Audidores Independentes S/S **José Francisco Firmino**
CRC-2-SP 023.478/0-7-S-GO Contador - CRC-1-SP 196.425/0-8-S-GO

Protocolo 72675